

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 02/2025 Lei Federal nº 14.133/2021

CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA

Contratação de empresa especializada no formecimento de água mineral e gás de cozinha P13 para atender as necessidades da Câmara Municipal em conformidade com a Lei nº 14.133/2021







1. IDENTIFICAÇÕES

- **1.1.** O objeto deste ETP é a contratação de empresa especializada no fornecimento de água com e sem gás e gás de cozinha P13 para atender as necessidades da Câmara Municipal da Campanha.
- **1.2.** N° Processo Administrativo: 002/2025
- **1.3.** Área Requisitante: Departamento Administrativo e Financeiro

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE OU DO PROBLEMA A SER RESOLVIDO COM INDICAÇÃO DOS QUANTITATIVOS (ART. 18, §1°, I E IV) – REQUISITO OBRIGATÓRIO

- 2.1. Há bebedouros que suportam garrafão de água mineral já instalados nos dois imóveis do Poder Legislativo Municipal. Esses bebedouros suiportam garrafão de 20 litros. Trata-se de gênero adquirido neste formato (em garrafão) há muitos exercícios, por isso, conta com esta estrutura já estabelecida. Esta contratação, portanto, destina-se ao abastecimento desses equipamentos, atendendo ao consumo dos vereadores, servidores, aprendizes, visitantes. A água é essencial para a vida humana e consequentemente para o bom andamento da prestação de serviços e trabalhos diversos dentro deste Legislativo.
- 2.2. Além da aquisição da água envasada, também se verifica a necessidade de se ter a água em garrafa, com e sem gás, para uso durante as reuniões ordinárias, extraordinárias, reunião das Comissões Permanentes e Transitórias que acontecem na Casa Legislativa.
- 2.3. A quantidade é a mesma contratada em 2024 e 2023.
- 2.4. Entre fevereiro a dezembro serão aproximadamente 42 sessões ordinárias. Considerando que são 11 vereadores, haverá o consumo de aproximadamente 484 garrafas de água de 500ml, o que corresponde a aproximadamente 41 fardos.
- 2.5. Semanalmente as Comissões se reunem nas dependencias do Poder Legislativo, na sala de reuniões Vereador Antônio Leopoldino Dias.
- 2.6. Considerando: 42 semanas ocorrendo reunião nas comissões; cada comissão é formada por 3 titulares e assessoria; sempre há convidados externos, teríamos o cosumo aproximado de 168 garrafinhas que multiplicada pelas 3 comissões resultariam em 504 garrafas, o que corresponde a aproximadamente 42 fardos;
- 2.7. Nas audiências públicas, reuniões extraordinárias e demais momentos em que os Vereadores se reunem, há disponibilização de água para cada um deles.
- 2.8. Na Escola do Legislativo o consumo é realizado pela diretoria e em suas reuniões.
- 2.9. A água dos bebedouros, são galões de 20 litros. Foi considerado um consumo mínimo de 2 litros diários, de segunda a sexta-feira, pelos servidores, vereadores, aprendizes, visitantes para os prédios da Escola do Legislativo e da Câmara Municipal.
 - 3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (ART. 18, §1°, II) e REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1°, III)

DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PCA

A Câmara, considerando se tratar de documentação facultativo previsto na Lei







14.133/21, ainda não elaborou o plano de contratações anual, motivo pelo qual este requisito fica prejudicado.

4. REQUISITO DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Previsão para o início da execução dos serviços ou aquisição do material: fevereiro 2025
- 4.2. Especificação e requisitos técnicos:
- 4.2.1. Água mineral deverá atender aos critérios de qualidade e procedimentos de exploração descritos no Decreto-Lei 7.841/1945 (Código de Águas Minerais) e aos padrões estabelecidos pelo DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral; à Resolução de Diretoria Colegiada RDC nº 173 ANVISA de 13/09/2006 e alterações posteriores, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e de Água Natural e de Água Mineral e de Água Natural.
- 4.2.2. A água mineral deverá atender às características microbiológicas e não apresentar concentrações de substâncias químicas prejudiciais acima dos limites permitidos para garantia da saúde estabelecida em legislação própria e à Instrução Normativa nº 60 de 2019 da ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- 4.2.3. O produto deverá ser entregue em sua embalagem original e individual, e as embalagens deverão estar em ótimo estado de conservação, limpas, livres de danos físicos, sem amassamentos, fissuras, ranhuras, avarias, alterações de cor ou odor que possam comprometer a qualidade e as condições higiênico-sanitárias da água mineral natural.
- 4.2.4. Os garrafões deverão ter tampa protetora e lacre de segurança, para evitar contaminação proveniente do meio externo, bem como apresentar rótulo padrão devidamente aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM Decreto-Lei nº 7.841/1945 e registrado no Ministério da Saúde;
- 4.2.5. Apresentar no rótulo ou em sua vedação a data de envase, número de Registro no Ministério da Saúde (MS), marca e validade do produto conforme Portaria nº 470/99 do Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM.
- 4.2.6. As embalagens deverão atender às exigências das seguintes normas técnicas da ABNT Associação de Normas Técnicas;
- 4.2.7. Vida útil do garrafão retornável de até 03 (três) anos, nos termos do inciso I do art. 5° da Portaria DNPM n° 387, de 2008;
- 4.2.8. Os produtos deverão ser entregues parceladamente, mediante solicitações da Câmara e Escola do Legislativo;
- 4.2.9. O prazo de validade do produto deverá ser de, no mínimo, 03 (três) meses contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.
- 4.3. Legais. A contratação deve obedecer às normas de licitações e contratos, bem como à legislação específica, conforme levantamento de mercado e de acordo com a solução escolhida.







- 4.4. Não é necessária a exigência de garantia ao contrato.
- 4.5. Necessidade de utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução: A contratação não pressupõe a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução.
- 4.6. Não há vedação a uma marca/produto específico, nos termos do Art. 41, inciso III, da Lei 14.133/2021.
- 4.7. Não há necessidade de indicação de marcas nos termos do Art. 41, inciso I, da Lei 14.133/2021.

5. ANÁLISE DE ALTERNATIVAS E ESTIMATIVA DO VALOR DA POTENCIAL CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1°, V E VI) – REQUISITO OBRIGATÓRIO

5.2. Levantamento de mercado (art. 18, §1°, V)

- 5.1.1 Pretende-se contratar empresa especializada no fornecimento de água mineral e gás de cozinha p13, sendo classificada como serviço comum, tendo em vista apresentar padrões de desempenho e qualidade concisos e objetivamente definidos, em conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, além de serem facilmente prestados por diversas empresas do ramo.
- 5.1.2. Há, no mercado, diversos fornecedores que trabalham com os serviços solicitados, não havendo, portanto, restrições de mercado.
- 5.1.3. Os itens ainda não foram padronizados pelo Município da Campanha, sendo assim utilizamos pesquisa com fornecedores, por meio de envio e recebimento de e-mails para as entidades e utilização do PNCP.
- 5.1.4. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel do fornecedor a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso. Logo, serviços de fornecimento de água e gás de cozinha, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas.
- 5.1.5. A escolha da modalidade Dispensa se justifica pela conveniência da aquisição de bens com previsão de entregas parceladas. Esta modalidade também facilita o trabalho de planejamento orçamentário da unidade, possibilitando uma melhor aplicabilidade dos recursos ao longo do exercício.
- 5.1.6. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de fornecedores cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

5.3. Estimativa do valor da contratação (art. 18, §1º, VI)







PREÇO MÉDIO - FASE (TODOS)								
Processo: 2		Modalidade: 2 - DISPENSA - Lei: 14.133/21		Data: 02/01/2025	Fase: JULGAMENTO			
Tipo	Código	Descrição	UN	Quantidade	Unitário	Total		
М	11190	89.65.3833.000014 - ÁGUA MINERAL NATURAL 20 L	UN	100,0000	14,6266	1.462,67		
М	12273	89.65.3833.000028 - ÁGUA MINERAL NATURAL SEM GÁS 500 ML - FARDO C 12 UNIDADES	FD	100,0000	14,6000	1.460,00		
М	12458	8 89.60.1913.000014 - ÁGUA MINERAL NATURAL, COM GÁS, EMBALAGENFD COM 500 ML, FARDO COM 12 UNIDADES		100,0000	18,3200	1.832,00		
М	12103	91.30.2828.000004 - GÁS ENGARRAFADO - LIQUEFEITO DE PETRO GLP BOTIJÃO 13 KG	LEOKG	2,0000	97,6666	195,33		
TOTAL PROCESSO ITEM(NS): 4						4.950,00		

- 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA E CIRCUNSTÂNCIAS CORRELATAS (ART. 18, §1°, VII a XII)
- 6.2. Escolha da solução (consequência dos incisos V e VI do art. 18, §1°) e Descrição da solução como um todo (art. 18, §1°, VII) Requisito obrigatório
- 6.1.1. Elegeu-se a Dispensa o qual visa a contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral com gás, sem gás, garrafão de 20 litros, gás de p13. para atender as necessidades da Câmara Municipal da Campanha e da Escola do Legislativo.
- 6.1.2. A escolha da modalidade Dispensa se justifica com base no art. 75, inciso II, da Lei 14.133
- "É dispensável a licitação: (...) II para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras;" (valor atualizado pelo Decreto nº 12.343/2024).
- 5.1.3. Após uma análise detalhada do mercado de empresas especializadas no fornecimento de gás de cozinha p13 e água mineral, bem como das necessidades da Câmara Municipal e da Escola do Legislativo, foi possível identificar diversas opções disponíveis que atendam às demandas da instituição:
- 5.1.4. Os pagamentos serão efetuados até 7 dias úteis após a entrega dos materiais e o devido ateste pelo fiscal do contrato.
- 5.1.5. Não há justificativa para classificação de sigilo conforme a Lei de Acesso à Informação N°12.527/11.
- 5.1.6. Pela execução do objeto da presente Licitação, a Câmara Municipal efetuará os pagamentos à contratada, mediante apresentação de nota fiscal. O prazo de pagamento será de até 7 (sete) dias úteis contados da finalização da liquidação.
- 5.1.7. O critério de julgamento será o menor preço global por lote







6.ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

- 6.1. Os quantitativos descritos foram baseados conforme as necessidades atuais e pontuais da Câmara Municipal e da Escola do Legislativo Dom Othon Motta.
- 6.1.1. A contratada executará o contrato a partir da assinatura até o dia 31 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal 14.133 de 2021 a partir da publicação no Portal Nacional de Compras Públicas.
- 6.2. Para a contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral e gás de cozinha p13, foi considerada a cotação em empresas da cidade, por e-mail e pelo PNCP.
- 6.3. As quantidades foram estimadas de acordo com o quantitativo de servidores, aprendizes, vereadores e estimativa de sessões ordinárias e extraordinárias que ocorrerão durante o ano.

6.4. Para este processo as quantidades consideradas serão as seguintes:

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Valor	Valor
			de	Unitário	Total
			medida		Total
	Água Mineral com gás natural,	100	Fardo		
1	características físico-químicas PH: 5,45.				
	Garrafa de 500ml fardo com 12 unidades.				
2	Água Mineral sem gás, PH maior ou igual	100	Fardo		
	a 6,00. Garrafa de 500ml fardo de 12				
	unidades				
3	Água Mineral Galão sem gás, PH maior ou	100	Galão		
	igual a 6,00. Com certificados de				
	autorização dos orgãos ambientais				
	competentes e a data da fabricação do galão				
	não poderá ser inferior a abril de 2024.				
	Acondicionada em galão de 20 litros.				
4	Gás liquefeito de petróleo (glp), botijões 13	02	Un.		
	kg – reposição. botijões 13 kg de gás				
	liquefeito de petróleo (glp), composto de				
	propano e butano				

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. Conforme já relatado em procedimentos administrativos anteriores, a dificuldade na obtenção de cotações de preços para fins de estimativa de valores de licitações tem se mostrado recorrente, visto que a maior parte das empresas não se interessa em responder consulta de órgão público nesse sentido, provavelmente porque a elaboração de proposta requer emprego de recursos (ao menos, tempo despendido), sem que isso lhe traga qualquer perspectiva de efetivar a contratação, que dependerá do resultado do certame licitatório.
- 7.2 Diante disso, os órgãos têm buscado formas alternativas de obtenção de preços referenciais,







valendo-se de contratações realizadas por outros órgãos públicos, bancos de preços, propostas ofertadas em certames, dentre outros.

- 7.3. Devem ser priorizados para a pesquisa de preços:
- 7.3.1. Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como, Portal Nacional de Compras Pública (PNCP), Painel de Preços, Banco de Preços do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG) ou banco de preços em saúde, observando o índice de atualização de preços correspondentes;
- 7.3.2. Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1°, VIII) – Requisito obrigatório

- 8.1. Considerando as características dos serviços a serem realizados, a solução foi parcelada em itens separados, tendo em vista que o parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas. Para a contratação presente, optou pela contratação pelo menor preço global.
- 8.2. Em exame da natureza dos itens que ora se pretende adquirir nessa contratação, não se verifica quaisquer especificidades que venham exigir seu agrupamento, devendo prevalecer a regra geral de parcelamento como forma de garantir a ampla concorrência.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1°, XI)

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que possam ser impactadas.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1°, IX)

- 10.1. Com a presente contratação a instituição almeja alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais, e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, os seguintes benefícios:
- 10.1.1. Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na execução das atividades administrativas;







10.1.2. Qualidade do Produto: Demonstração de que os produtos atendem às normas de qualidade e segurança, como laudos de análise da água mineral e certificados de conformidade do gás.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (art. 18, §1°, X)

- 11.1. À Administração caberá instruir os Servidores responsáveis pela gestão e fiscalização contratual.
- 11.2. O Servidor responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços e/ou fiscal do contrato, deverá estar em contato permanente com a Diretoria Administrativa Financeira, para que sejam ajustadas datas para a execução do serviço contratado.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1°, XII)

- 12.1 Não haverá impactos ambientais na Câmara Municipal decorrentes da contratação que sejam necessários ser pormenorizados no presente ETP.
- 12.2. Entretanto, de forma geral, exige-se da contratada, no exercício do contrato, a responsabilidade social e ambiental; privilegiando a adoção de práticas que favoreçam a inclusão social e, de práticas que combatam o desperdício de recursos naturais e evitem danos ao meio ambiente;
- 12.3. A CONTRATADA deverá adotar, como boas práticas na prestação dos serviços profissionais no desempenho de suas atividades, a otimização dos recursos materiais, a redução de desperdícios e o consumo consciente de água e energia.
- 12.4. A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

- 13.1. Justificativa da Viabilidade
- 13.1.1.Com base nas informações levantadas ao longo deste estudo técnico preliminar, a equipe de planejamento declara que a contratação é viável com base nos seguintes pontos:
- a) A necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada;
- b) Todos os requisitos relevantes da contratação foram adequadamente levantados e analisados;
- c) As quantidades de itens a contratar estão coerentes com as demandas previstas;







- d) A escolha do tipo de solução a contratar está devidamente justificada;
- e) As estimativas preliminares de preços dos itens a contratar foram feitas e documentadas adequadamente;
- f) Os resultados pretendidos com a contratação foram devidamente expostos em termos de economicidade, eficácia e eficiência;
- g) A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.
- 13.2. Com base nas justificativas, premissas e objetivos descritos neste Estudo Técnico Preliminar, presentes os elementos norteadores e suficientes para a realização da Dispensa, os membros da Equipe de Planejamento, designada conforme Portaria, abaixo signatários, DECLARAM A VIABILIDADE da contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral e gás de cozinha p-13 para atender as necessidades da Câmara Municipal da Campanha.

14. APROVAÇÃO E ASSINATURA

O presente Estudo Técnico Preliminar foi realizado pelo(s) servidor(es) abaixo:

Giovana Vianna Arantes Reis Fonseca

Giovani Rodrigues Arantes

Silvana Aparecida Domingues Arantes

O Presidente da Câmara **aprova** este Estudo Técnico Preliminar com sua solução apontada.

Gilson Cézar Prok Presidente da Câmara

Campanha – MG, 02 de janeiro de 2025.



